

Em outubro de 2019, quando fomos convidados a abraçar o desafio de dirigir o Centro de Investigação (ICPOL) do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), cedo identificámos a necessidade de investir na promoção e adensamento da investigação, desenvolvimento e inovação científica de matérias que, revestiam uma crescente importância na edificação do sentimento de segurança das comunidades, em particular nas grandes urbes, modernas, complexas e cosmopolitas, que em Portugal estão confiadas à Polícia de Segurança Pública (PSP).

As cidades hodiernas são, incontornavelmente, tecidos socioculturais intrincados, estimulados pela hiper concentração populacional e pelas inumeráveis atividades nelas desenvolvidas, em permanente devir. Espaços prolíficos de oportunidades e de constantes metamorfoses, as urbes congregam, em si mesmas, dissemelhanças e arritmias, por vezes paradoxais e controversas, que traduzem os múltiplos contextos económicos, sociais, espaciais, entre outros, que se refletem, de forma inequívoca, na segurança, na ordem e na tranquilidade pública.

O reconhecimento do espaço construído urbano como um cenário de oportunidades para o desenvolvimento de incivilidades e práticas criminais (que se correlacionam muito frequentemente), é um dos mais importantes legados da sociologia urbana, em particular norte-americana (na tradição da Escola de Chicago), mas não é o único. Tal reconhecimento não impediu ou tornou obsoleta a problemática mais geral das desigualdades sociais, da qual emergem muitas das práticas delituosas e delinquentes que encontramos na cidade. Tão-pouco impediu, e pelo contrário fomentou, o desenvolvimento de uma abordagem mais situacionista, como a de Wikström (2006), por sua vez herdeira de visões mais sistémicas e holísticas, que não desculpabilizam o autor do crime, mas que têm a capacidade de contextualizar a sua ação. E é aqui que reside a semente da prevenção pelo desenho urbano.

Numa linha de influência bastante *behaviourista*, e muito antes e *plus ultra* as implicações afloradas por James Q. Wilson e George L. Kelling, através da célebre teoria das *Broken Windows* (1982), o desenho urbano e a prevenção do crime cedo foram identificados como duas faces da mesma moeda, indissociáveis e intercomunicantes, assumindo, por isso, uma progressiva relevância no planeamento e na gestão quotidiana dos densos aglomerados urbanos. A prevenção do crime através do espaço construído (Machado & Neves, 2011) – conceito designado na literatura internacional pela sigla CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design*) – conquistou um espaço irrefutável nas políticas públicas, em especial as que integram programas destinados a garantir e promover a segurança urbana.

Ao debruçar-se sobre esta temática da CPTED, a investigação desenvolvida pela Elisabete Ferreira despertou, desde o primeiro momento, o interesse e o apoio do ICPOL do ISCPSI, ante a sua manifesta pertinência e interligação com ciências conexas às Ciências Policiais, o nosso primordial enfoque. De facto, a aposta e a valorização creditadas, no estudo inédito que ora chega ao grande público, foi de tal magnitude que

o mesmo integrou, em 2018, a bem-sucedida candidatura deste Centro de investigação ao financiamento plurianual, por fundos nacionais, de Unidades de I&D através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., obtendo a classificação de Muito Bom.

Felizmente, outros investigadores do ICPOL têm dedicado o seu esforço e motivação para estas problemáticas complexas da prevenção criminal, e até especificamente sobre a CPTED, como é o caso da Verónica Neves, cuja pesquisa, recentemente concluída (2020), se centrou na compreensão do crime em meio urbano e no papel que os princípios para a prevenção criminal (vigilância natural, controlo natural de acessos, reforço territorial, manutenção e gestão) podem desempenhar na transformação do mapa criminal em Lisboa. Como lembrou Paul Cozens, em depoimento inédito para esta mesma pesquisa da Verónica Neves, *“remember CPTED is a process – of thinking – not an equation or mathematics formula”*, e, acrescentaríamos nós, tão-pouco matéria de interesse exclusivamente para donos-de-obra, urbanistas, arquitetos paisagistas, polícias ou gestores do espaço público. É, incontornavelmente para todos estes e, muito principalmente, para os utilizadores do espaço público.

Há também uma pedagogia ligada ao desenvolvimento da apropriação e cuidado na utilização do espaço público que importa garantir, sob pena de não ser apreciado nem usufruído (e como tal negligenciado).

Estas questões da cidadania, sobretudo em meio urbano, também integram o arco de reflexões do trabalho de Elisabete Ferreira, e muito oportunamente. Elevadas a um patamar de maior congruência entre os princípios e a prática, estas questões bem poderiam ser integradas nos espaços de formação para a cidadania das novas gerações, e em jeito de sensibilização e de oferta de formação especializada, para quem o desejasse, na formação policial de nível intermédio e superior. Portugal soube, oportunamente, interpretar o alcance do chamado policiamento de proximidade, através do desenvolvimento de programas orientados para populações específicas e seus problemas (crianças e jovens, idosos, comerciantes, vítimas de violência doméstica, entre outros), sem comprometer a unidade funcional das instituições policiais (GNR e PSP).

Por conseguinte, e sem se cair na tentação de criar uma polícia ambiental, é porventura oportuno discutir o desenvolvimento de um policiamento orientado para a preservação do espaço público de acordo com procedimentos e princípios estratégico-policiais específicos, o que neste âmbito, e por razões ligadas à nossa tradição organizativa e administrativa territorial, seria sempre uma prática a desenvolver em estreita articulação com as Autarquias Locais. No caso de Lisboa, a título de exemplo, a CPTED está sediada primordialmente na Polícia Municipal.

Mas o ótimo, parece-nos, são soluções adaptadas a cada caso, como defendemos em 2019 na Conferência “Segurança Urbana – os municípios e a defesa do espaço urbano”, realizada em Coimbra. As realidades urbanas são distintas na sua morfologia, composição, dinâmicas.

A CPTED também tem que ver com a defesa de uma segurança cidadã, integrando uma nova cultura de prevenção baseada no conhecimento técnico, na experimentação, na interdisciplinaridade, e menos no improvisado e no palpite, e que integre igualmente as especificidades,

incluindo o mapeamento institucional e organizacional de cada Autarquia. E no que respeita às disposições provenientes de uma nova cultura científica e técnica, interessante será acompanhar, e se possível, contribuir para a divulgação das Normas do Comité Europeu de Normalização sobre prevenção criminal no espaço público e no edificado.

Aqui chegados, epilgamos, como não poderia deixar de ser, com a justa gratulação a toda a Equipa editorial do ICPOL do ISCPSI que, com inigualável entusiasmo e dedicação, muito contribuiu para concretização deste projeto e para a publicação da obra da Elisabete Moura Barreiros Ferreira, tendo por horizonte a benemerência do nosso lema: *Ad Orbem Per Scientia*¹.

Intendente Roberto Fernandes
Diretor do ICPOL e Doutorando em Relações Internacionais

Prof. Doutor Paulo Machado
Coordenador Científico do ICPOL

¹ “Ao Mundo pela Ciência” (tradução nossa).